

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo  
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais  
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

Márcia da Silva

**Análise das políticas públicas para a educação étnica racial no Plano  
Municipal de Educação do município de Cordeirópolis**

São Paulo

2014

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo  
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais  
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

Márcia da Silva

**Análise das políticas públicas para a educação étnica racial no Plano  
Municipal de Educação do município de Cordeirópolis**

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Gestão e Política Pública da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, para obtenção do título de Especialista em Gestão e Política Pública.

Orientadora: Alessandra Atti

São Paulo

2014

Dedico este trabalho à minha filha, Luara,  
Por ser minha fonte inspiradora na vida e  
me oportunizar a incompatível felicidade de ser mãe,  
e à minha mãe pelo amor incondicional.

## **AGRADECIMENTOS**

Expresso aqui a minha gratidão aos companheiros os mais diversos, até mesmo aqueles que não corroboram a mesma concepção teórica e política que eu, sem vocês não seria possível chegar até aqui, pois a divergência é um elemento importante para o amadurecimento intelectual.

A todos aqueles que nem mesmo me conhecem, mas que com suas produções teóricas foram e continuarão sendo de suma importância na minha trajetória profissional. Suas reflexões possibilitaram o pontapé inicial de construção do meu pensamento sobre a questão racial. Agradeço a orientação da professora Alessandra que colaborou de forma fundamental nesse trabalho.

Não posso esquecer de meus mais fiéis amigos: Sandra, Joaquim , Fátima, Mayara e RIVELINO . É com vocês que compartilho angústias, alegrias, felicidades e tantas outras coisas que uma amizade faz, e a minha querida prima irmã JULIANA pelo incentivo e obrigada pelo apoio.

## RESUMO

O presente estudo teve como finalidade apontar o problema da discriminação racial, como algo que na história do Brasil avulta como um elemento de exclusão social desde os tempos da abolição da escravidão. Após a libertação dos negros, os mesmos foram excluídos de setores da sociedade civil, substituídos em grande escala no trabalho por imigrantes europeus. Além disso, passou-se a valorizar a cultura eurocêntrica em detrimento da cultura negra e dos afrodescendentes. Nessa lógica, houve uma atuação importante do movimento negro que articulado a partir do combate a discriminação racial e de valorização da cultura negra, vem ao longo dos tempos conquistando vitórias e espaços na sociedade brasileira, dentre elas aprovação de leis de inclusão da cultura negra na escola, criação de Secretaria específica para combater a discriminação racial, dentre outras. Para tanto, analisamos as ações afirmativas de combate a discriminação racial e inclusão da temática do negro com vistas a sua valorização no Plano Municipal de Educação de Cordeirópolis, mas não encontramos nada que pudesse demonstrar um trato com a temática no referido documento.

**Palavras-chave:** Discriminação racial; Movimento negro.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>8</b>
<b>2.1 Aspectos da trajetória do Movimento Negro no Brasil.....</b>	<b>11</b>
<b>2.2 A Secretaria de Políticas de promoção da igualdade racial (SEPPIR).....</b>	<b>15</b>
<b>2.3 As políticas educacionais de combate à discriminação racial.....</b>	<b>17</b>
<b>3 MÉTODO .....</b>	<b>18</b>
<b>4 ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>18</b>
<b>5 ANÁLISE E DISCUSSÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>21</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>22</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A questão racial e a luta contra a discriminação é uma realidade da população negra brasileira desde a abolição dos escravos, quando os mesmos foram excluídos de setores estratégicos do mercado de trabalho, muitas vezes substituídos por imigrante europeus, num processo de branqueamento da sociedade brasileira. Os negros, perante a legislação, possuem os mesmos direitos que as demais raças, mas na prática sofrem preconceito e discriminação racial. Assim, se faz necessária a sua incorporação nas relações sociais, culturais e econômicas a partir da elaboração e implementação de políticas públicas que eliminem ou ao menos minimizem as mazelas sociais decorrentes do preconceito racial.

No Brasil o preconceito racial é negado no discurso, mas existe velado nas estruturas socioculturais e nas práticas discriminatórias. As políticas públicas, fruto da organização das populações negras na sociedade civil principalmente a partir dos movimentos sociais negros, voltadas para sanar esse problema são tardias, pequenas e constantemente criticadas mesmo o país sendo constituído em grande parte pela população negra, indígena e de outras etnias.

As lutas dos movimentos sociais negros buscaram e ainda buscam alterar esse cenário de discriminação na sociedade brasileira. Algumas conquistas históricas foram incorporadas ao longo do tempo, principalmente as que alteram o ordenamento jurídico brasileiro vigente, garantindo via legislação o respeito e a valorização da cultura negra no país, dentre elas a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República<sup>2</sup>, a Lei 10.639 de 2003<sup>3</sup> que instituiu o ensino da História e Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares, o Estatuto da Igualdade Racial<sup>4</sup>, dentre outras leis e projetos que sinalizam para a temática do negro e sua cultura na sociedade brasileira.

A alteração do ordenamento jurídico brasileiro é uma conquista histórica importante, mas apenas sua promulgação não garante a eliminação da discriminação racial e desigualdade social contra a população negra. É essencial que os estados e municípios atuem no sentido de garantir que tais legislações sejam cumpridas, principalmente as que se relacionam à educação

---

<sup>2</sup> Criada pela Medida Provisória nº 111 de 2003, convertida na Lei 10.678.

<sup>3</sup> Lei que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, para incluir o currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

<sup>4</sup> Lei 12.288/2010, que orientou a elaboração do Plano Plurianual (PPA 2012-2015) resultando na criação de um programa específico intitulado “Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial”.

básica. Assim, esse estudo se justifica pela verificação da incorporação das diretrizes estabelecidas em legislações federais e estaduais na realidade dos negros brasileiros, mas enfaticamente nesse caso, dos negros que frequentam a educação básica do município de Cordeirópolis a partir da análise da incorporação de aspectos da cultura e história dos negros no Plano Municipal de Educação.

Diante do quadro exposto, das conquistas incorporadas à política públicas de inclusão racial e da manutenção da perpetuação de ações discriminatórias em nossa sociedade até os dias de hoje, seja pela presença dos negros nos extratos sociais mais baixos, pela desigualdade racial no meio de trabalho, pela diferença dos valores pagos aos negros, nos propomos a analisar as políticas educacionais do Município de Cordeirópolis em relação à população negra. Entendemos que diante do histórico de discriminação racial, a educação seja a via mais indicada para reparar essa realidade.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

As políticas públicas voltadas para a questão racial, e mais enfaticamente, para a educação racial se configuram numa nova perspectiva a partir da reestruturação da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais, nesse caso dos movimentos sociais negros, e da implementação da questão racial nos ordenamento jurídico brasileiro.

No Brasil existe o preconceito racial que velado nas estruturas socioculturais existentes é negada a sua existência no discurso. As políticas públicas, fruto da organização das populações negras na sociedade civil principalmente a partir dos movimentos sociais negros, voltadas para sanar esse problema são tardias, pequenas e constantemente criticadas mesmo o país sendo constituído em grande parte pela população negra, indígena e de outras etnias.

Segundo Theodoro et al. (2008, p. 15), o debate sobre a questão racial entre as décadas de 1980 e 1990 eram mobilizados pela questão da existência ou não da discriminação racial no país, tendo a democracia racial se colocado como um paradigma a ser questionado, necessitando a consolidação do reconhecimento das desigualdades e de suas causas. Esse cenário se modifica em meados dos anos 90, quando os debates se transformam e é reconhecida a injustificável desigualdade racial que ao longo dos tempos marcou a trajetória



dos grupos negros e brancos no país, tendo como foco a discussão de iniciativas necessárias para seu enfrentamento a partir da elaboração de políticas públicas. Para o autor, o avanço foi expressivo e pode ser observado a partir dos diagnósticos, pesquisas e análises sobre a temática no país. Esse cenário é fruto da progressiva mobilização e atuação do Movimento Negro que se faz cada vez mais presente no espaço público, apresentando dados, demandas e necessidades na formulação de políticas públicas específicas e setoriais.

Antes de nos debatermos sobre a atual situação da discriminação racial no país, iremos discutir como a formação do mercado de trabalho brasileiro influenciou na questão racial e na desigualdade racial do modo como está presente atualmente na sociedade brasileira e assim propor, a partir das políticas públicas educacionais, forma de minimizar essa segregação e valorizar a cultura negra no (do) país.

Segundo Theodoro (2008), as transformações políticas e econômicas no Brasil ocorreram no século XIX, incluindo a vinda da Família Real e de sua corte para o país, alterando a sede do governo monárquico e impulsionando transformações nas atividades econômicas (comércio, artesanato, algumas manufaturas), melhorias da vida dos habitantes (principalmente dos mais abastados) na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo o autor, durante a primeira metade do século XIX, os trabalhadores escravos constituía a maioria da força de trabalho nos núcleos urbanos. Mas já na segunda metade do século, a mão de obra de origem estrangeira, sobretudo portuguesa, vai ganhar importância. Essa alteração na estrutura social está diretamente ligada ao fim da escravidão e ao preconceito racial que buscava o embranquecimento do país.

[...] as grandes áreas urbanas brasileiras, no início do século XIX, apresentavam como base laboral o trabalho escravo e, em menor escala, o trabalho de livres e libertos, assim como o dos migrantes. Os cativos, ao menos até a primeira metade do século, constituíam a base da atividade econômica das vias públicas, no transporte, entre outros. [...] (THEODORO, 2008, p. 24).

No contexto da substituição da mão de obra escrava, o marco inicial foi a transição para o trabalho livre dado pela abolição do tráfico de escravos em 1850. Outro marco importante foi a Lei do Ventre Livre, de 1871, resultado de intenso debate sobre o fim da escravidão e o futuro da economia baseada no trabalho escravo. Segundo Theodoro (2008), defensores da abolição, alguns republicanos urbanos baseados nos valores “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” defendiam a transição para o desaparecimento da escravidão acompanhada da garantia de trabalho aos que viessem a ser libertados. Mas outra vertente republicana, composta por representante do estado, mais economicamente influentes, possuía

posicionamento diferente em relação à utilização e ao destino da mão de obra escrava que fosse libertada. Eram grandes fazendeiros do Oeste Paulista que se sentiam inseguros de dependerem do trabalho dos ex-escravos e desconfiavam da possibilidade de se conter os trabalhadores livres e libertos, que apoiaram e permitiram a entrada de massa de trabalhadores europeus, financiada em grande parte pelo governo brasileiro.

A substituição da mão de obra escrava pela dos imigrantes começou, assim, mais de 30 anos antes da abolição. [...] A porcentagem de escravos no total da população, que era de mais de 50% no início do século XIX, foi dessa forma, reduzida até 16% em 1874, alguns anos antes do fim da escravidão. (THEODORO, 2008, p. 28).

[...] No Brasil, a abolição significará a exclusão dos ex-escravos das regiões e setores dinâmicos da economia. Em sua grande maioria, eles não serão ocupados em atividade assalariadas. Com a imigração massiva, os ex-escravos vão se juntar aos contingentes de trabalhadores nacionais livres que não têm oportunidades de trabalho senão nas regiões economicamente menos dinâmicas, na economia de subsistência das áreas rurais ou em atividades temporárias, fortuitas, nas cidades. (IBIDEM, p. 30-31).

Theodoro (2008) questiona o motivo pela qual mesmo com a existência de um significativo contingente de mão de obra constituída de homens livres, libertos e escravos, optou-se pela utilização do trabalho de imigrantes. Segundo o autor havia três possibilidades, a primeira era a utilização dos antigos escravos, continuando os mesmos a trabalhar nas fazendas, agora na condição de homens livres, o que a princípio não colocaria problemas técnicos, já que os escravos dominavam as técnicas mais importantes à época nas atividades que realizavam. A segunda opção seria a utilização, total ou parcial, dos homens livres e libertos no lugar dos antigos escravos. E a terceira opção seria a alternativa da imigração, que conforme indicado pelo autor, foi adotada em grande escala nas regiões economicamente mais dinâmicas.

Segundo interpretação recente dos fatos, são destacados aspectos estruturais a partir da perspectiva histórica do desenvolvimento das forças produtivas. Nesse sentido, o processo de abolição e de substituição da mão de obra escrava pela imigrante é percebido como consequência do regime de acumulação do capital, a qual a manutenção do regime escravista representaria um obstáculo. O autor indica que para a acumulação do capital,

[...] Esta, para se efetivar, necessitaria de um contingente de força de trabalho adaptado a relações laborais mais modernas, sobretudo ao assalariamento. Isso justificaria a opção pela mão-de-obra imigrante, na medida em que esses trabalhadores já estariam habituados ao regime assalariado (THEODORO, 2008, p. 35-36).

No entanto, outros fatores importantes influíam nesse processo, dentre eles o nascimento e consolidação de uma visão eurocêntrica e modernizante, na qual segundo o autor, não havia, ou havia pouco espaço de existência para o negro.

Segundo o autor, a abolição da escravidão colocou a população em uma situação de igualdade política e civil em relação aos demais cidadãos, mas como mostra a literatura, eram limitadas as possibilidades de inclusão socioeconômicas dessa população. Esse processo foi marcado, ou melhor, acentuado tanto pela ausência de políticas públicas para favorecimento dos ex-escravos e da população negra, quanto pela implementação de iniciativas que contribuíram para que as perspectivas de integração dos negros ficassem restritas às posições subalternas da sociedade.

No país que convive e vive da desigualdade, o negro, ao perder o lugar central no mundo do trabalho, não deixou de exercer um papel social como o núcleo maior dos pobres, prestadores de serviços aos quais as classes médias recorrem ostensivamente e sistematicamente. (THEODORO, 2008, p. 44).

## **2.1 Aspectos da trajetória do Movimento Negro no Brasil**

Iremos abordar a estruturação do Movimento Negro no Brasil a partir do histórico da discriminação racial e das desigualdades sociais impostas pela sociedade brasileira aos negros. Domingues (2007, p. 101-102), baseado nas reflexões de Ilse Scherer-Warren, define Movimento Negro como:

[...] a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a 'raça', e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a 'raça' é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação.

Segundo o autor, existem outras definições de movimento negro que se pautam na definição da expressão considerando todos os movimentos articulados em temas sobre a cultura negra, seja sobre a história das irmandades negras, dos terreiros de candomblé, da capoeira, das escolas de samba, dos grupos de dança, que também fortalecem a luta construindo espaços de resistência e valorização da cultura negra. Sendo assim, o autor irá diferenciar a sua definição como sendo o movimento político de mobilização racial.

Analisando a trajetória do movimento negro no Brasil, Domingues (2007) indica que no período compreendido entre a República ao Estado Novo (1889-1937), espaço de tempo esse marcado pela abolição da escravatura, pela proclamação da República no Brasil. O novo

sistema políticos não assegurou a incorporação social dos negros com ganhos materiais ou simbólicos, ao contrário, a população negra foi marginalizada. Buscando reverter esse quadro de desigualdade social e marginalização, os libertos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial no país a partir da criação de dezenas de grupos (grêmios, clubes, associações).

[...] De cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural, as associações negras conseguiam agregar um número não desprezível de ‘homens de cor’, como se dizia na época. Algumas delas tiveram como base de formação ‘determinadas classes de trabalhadores negros, tais como: portuários, ferroviários e ensacadores, construindo uma espécie de entidade sindical’ (DOMINGUES, 2007, p. 103).

Segundo o autor, foi computada a existência de 123 associações negras no estado de São Paulo entre 1907 e 1937. Nesse mesmo período apareceram jornais publicados por negros a partir de sua pauta, que ficou denominada como *imprensa negra*. Esse movimento conseguia reunir número representativo de pessoas empreendidas na batalha contra o preconceito racial através da denúncia de diversas mazelas que afetavam a população negra no trabalho, na habitação, na educação, na saúde.

Além disso, as páginas desses periódicos constituíam veículos de denúncia do regime de ‘segregação racial’ que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas ruas e praças públicas (DOMINGUES, 2007, p. 105).

Um marco importante na luta do movimento negro foi a fundação, em 1931, da Frente Negra Brasileira (FNB), em São Paulo, organização negra com reivindicações políticas mais deliberada, considerada como a entidade negra mais importante do país na primeira metade do século XX, que transformou o Movimento Negro Brasileiro de massa. A sede foi em São Paulo, mas a entidade tinha delegações filiais em diversos estados, dentre eles Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia).

A entidade desenvolveu um considerável nível de organização, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como publicar um jornal, o *A Voz da Raça* (DOMINGUES, 2007, p.106).

Fato importante mencionado pelo autor, a partir do depoimento do antigo ativista da entidade, Francisco Lucrécio, de que as mulheres tinham importância simbólica no movimento, com participação em grande volume e bem ativas. Como exemplo cita a Cruzada Feminina, que mobilizava as mulheres negras para a realização de trabalhos assistencialistas e as Rosas Negras, que organizava bailes e festivais artísticos.

Segundo Domingues (2007), em 1936, a entidade se transformou em partido político com pretensão de participar das próximas eleições. Sofreu influência da ascensão nazifascismo, no contexto internacional, defendendo um programa político e ideológico autoritário, apoiando publicamente o governo de Benedito Mussolini, na Itália, e Adolfo Hitler, na Alemanha. O movimento negro dispunha de poder de barganha na época, exemplificado pela reunião entre a entidade e o presidente da república, a qual resultou no fim da proibição do ingresso de negros na guarda civil de São Paulo. Com a instauração da ditadura do Estado Novo, em 1937, a entidade, assim como as demais organizações políticas, foi extinta. Outras entidades também promoviam a integração do negro á sociedade, dentre elas o Clube Negro de Cultura Social (1932), Frente Nacionalista (1932), Sociedade Flor do Abacate, Legião Negra (1934) e Sociedade Henrique Dias (1937).

Segundo o autor, o período da vigência do Estado Novo foi caracterizado por violenta repressão policial, inviabilizando os movimentos contestatórios. Com a queda do regime varguista, o movimento negro organizado ressurgiu no cenário político brasileiro com ampliação do seu raio de atuação, mas não alcançou o mesmo poder de aglutinação da fase anterior. Nesse período, compreendido entre a segunda república à ditadura militar (1945-1964), o principal agrupamento foi a União dos Homens de Cor (UHC), fundada em 1943 pelo João Cabral Alves, em Porto Alegre, a qual declarava como objetivo central elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de cor, objetivando torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa de todos os setores do país.

Na sua organização, além dos cargos de gestão incluía chefes de departamentos de saúde e educação. Na metade da década de 40, a entidade possuía representantes em Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná, com forte presença nas cidades do interior. A sua atuação foi marcada pela promoção de debates na imprensa local, publicação de jornais, serviços de assistência jurídica, alfabetização, ações voluntárias e campanhas políticas. Na década de 50 chegou a ter audiência com o presidente da república Getúlio Vargas para apresentação de reivindicações a favor da “população de cor”. Outros agrupamentos se formaram no período, dentre elas União Cultural dos Homens de Cor (UCHC), União Catarinense dos Homens de Cor - UHCH (1962), Teatro Experimental do Negro – TEN (1944), Conselho Nacional das Mulheres Negras (1950), Grêmio Literário Cruz e Souza (1943), Associação José do Patrocínio (1951),

Associação do Negro Brasileiro (1945), Frente Negra Trabalhista (1954), Associação Cultural do Negro (1954) e Comitê Democrático Afro-Brasileiro (1944).

Esse período também foi marcado pelo cenário da imprensa negra, a qual com novo impulso, publicou diversos jornais de protestos pelo país. Segundo Domingues (2007), apesar da crescente experiência, o movimento negro ficou isolado politicamente naquele momento, não contando efetivamente com o apoio das forças políticas de direita ou esquerda. Segundo Domingues (2007), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era contrário as reivindicações do movimento negro alegando que as suas reivindicações específicas dividiam a luta dos trabalhadores. E cita que a primeira lei antidiscriminatória do país, aprovada no Congresso Nacional em 1951, após o escândalo de racismo contra uma bailarina norte-americana impedida de se hospedar num hotel em São Paulo.

A terceira fase do movimento negro organizado na República (1978-2000), segundo Domingues (2007) teve como marco importante o Golpe Militar de 1964, o qual representou uma derrota para o movimento negro, desarticulando as coalizões de forças que enfrentavam o preconceito de cor. Os militantes eram acusados de criar um problema que supostamente para os militares não existia no Brasil, o racismo. Esse cenário retirou da discussão pública a discussão da questão racial. O movimento negro continuou a fazer ações durante o período militar, ações essas fragmentadas e sem um sentido de enfrentamento do regime, mas a sua reorganização política aconteceu no final da década de 1970, no mesmo momento de ascensão dos movimentos populares, sindical e estudantil. Em 1978, teve a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), reestabelecendo definitivamente a volta do movimento negro organizado à cena política do país.

O embrião do MNU foi a organização marxista, Convergência Socialista, a qual entendia que a luta antirracista deveria ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista, pois segundo os militantes, o capitalismo era o sistema que alimentava e se beneficiava do racismo, sendo necessária a construção de uma sociedade igualitária para superar o racismo. Nesse período também ressurgiu a reorganização da imprensa negra, com publicação em diversos periódicos.

No Programa de Ação, de 1982, o MNU defendia as seguintes reivindicações 'mínimas': desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (DOMINGUES, 2007, p. 114).

Segundo o autor, o MNU significou um marco na história do movimento negro no país, pois desenvolver a proposta de unificação da luta de todos os grupos e organizações antirracistas com o objetivo de fortalecer o poder político do movimento negro. Nessa perspectiva prevaleceu a combinação da luta do movimento negro com a de todos os oprimidos da sociedade, contestando a ordem vigente e transferindo para a esfera pública o problema do racismo. Nesse período, o termo negro, antes utilizado de forma ofensiva, passa a ser utilizado com orgulho pelo movimento negro para designar todos os descendentes de africanos escravizados no país.

Naquele período, o movimento negro passou a intervir amiúde no terreno educacional, com proposições fundadas na revisão dos conteúdos preconceituosos dos livros didáticos; na capacitação de professores para desenvolver uma pedagogia interétnica; na reavaliação do papel do negro na história do Brasil e, por fim, erigiu-se a bandeira da inclusão do ensino da história da África nos currículos escolares. Reivindicava-se, igualmente, a emergência de uma literatura 'negra' em detrimento à literatura de base eurocêntrica (DOMINGUES, 2007, p. 115-116).

O movimento negro trilha novos caminhos a partir desse momento, que por estarmos ainda vivenciando-o, futuras análises poderão diagnosticar as suas características, o seu desenvolvimento e a sua contribuição na luta contra as desigualdades raciais. A luta instaurada pelo movimento negro na educação, com proposta de valorização da cultura negra em detrimento da valorização apenas da cultura eurocêntrica se relaciona com nosso tema de pesquisa, que é a implementação das leis de introdução do ensino de questões ligadas a cultura negra na educação formal no Brasil, mais especificamente no Município de Cordeirópolis.

## **2.2 A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)**

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), foi criada pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003 e convertida na Lei nº 10.678, nasceu do reconhecimento das lutas históricas do movimento negro brasileiro.

Segundo consta na página da SEPPIR, a secretaria foi criada com a finalidade de formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial; formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância; articulação,

promoção e acompanhamento da execução dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade racial; planejamento, coordenação da execução e avaliação do Programa Nacional de Ações Afirmativas; coordenação e acompanhamento das políticas transversais de governo para a promoção da igualdade racial; e acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem o cumprimento de acordos, convenções e outros instrumentos congêneres assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica.

O Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) é utilizado pela SEPPIR como referência política e orientou a elaboração do Plano Plurianual (PPA 2012-2015). Segundo a SEPPIR, esse movimento resultou na criação de um programa específico intitulado “Enfretamento ao Racismo e Promoção da Igualdade racial”, na incorporação desses temas em 25 programas, 121 metas, 87 iniciativas e 19 ações orçamentárias, em diferentes áreas da ação governamental.

Assim, a criação da secretaria e a sua atuação na esfera política do governo federal na criação de planos e na incorporação da temática da questão racial nos orçamentos administrativos, significa um grande passo para o movimento negro, que de certa forma tem conseguido perante o nível federal o reconhecimento do seu pleito, das suas demandas e necessidades.

No campo das ações afirmativas da SEPPIR previstas no período de 2012/2015, as metas são: implementação do Programa Nacional de Afirmativas nos Ministérios; Redução das mortes por homicídio na juventude negra; Estabelecimento de acordos para a inclusão da população negra no mercado de trabalho; Realização e apoio de campanhas de valorização da pessoa negra e de enfrentamento ao racismo, divulgando as manifestações da cultura, a memória e as tradições afro-brasileiras; ampliação do número de organizações públicas e privadas que adotem medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo institucional; redução da morbidade/mortalidade materna entre as mulheres negras; e construção de cadastro de programas de ações afirmativas no âmbito das três esferas de Governo e da iniciativa privada.

No âmbito da Educação os projetos são: Programa Institucional de Iniciação Científicas nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF); Programa de Extensão Universitárias – PROEXT; Selo Educação para a Igualdade; Projeto A Cor da Cultura; Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE); Curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça



(GPP-GeR); e Arquivos e links sobre Educação das Relações Etnicorraciais. No âmbito do Trabalho os projetos são: Plano Setorial de Qualificação – Trabalho Domésticos Cidadão (Planseq-TDC); Plano Nacional de Comércio e Serviços para Profissionais Afrodescendentes (Planseq/Afrodescendentes); Programa Trabalho Doméstico Cidadão; e Agenda Nacional do Trabalho Decente. No âmbito da Cooperação Internacional os projetos são: Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia; Curso de Gênero, Raça e Etnia para Jornalistas; Acervo virtual da CASOTECA de Gestão Pública da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); Consultoria “Participação Política das Mulheres Negras”; e Plano de Ação Conjunto entre o Governo Brasileiro e o Governo dos Estados Unidos da América para Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e a Promoção da Igualdade.

Na página da SEPPIR é possível analisar os objetivos, metas e resultados de cada projeto, mas por não ser o foco dessa pesquisa, citamos os nomes dos projetos apenas para exemplificar que ações e projetos relacionados à educação, trabalho e cooperação internacional estão sendo executadas na perspectiva de combate a discriminação racial no país. Se elas de fato são efetivas não temos condições de afirmar sem uma análise mais detalhada de todas as informações. Nos deteremos nas políticas públicas de afirmação e de combate à discriminação racial pautadas na educação e sua legislação específica.

### **2.3 As políticas educacionais de combate à discriminação racial**

A promulgação da Lei nº 10.639 de janeiro de 2003, altera a Lei nº 9.394/1996 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional) para incluir no currículo oficial da Rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, constitui-se como um marco regulatório da luta do movimento negro brasileiro na questão da valorização da cultura negra na educação brasileira.

Segundo o documento, o conteúdo incluiria o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e a inserção do negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição dos negros nas áreas social, econômica e política da história do país.

Atreladas as políticas de cotas afirmativas, a inclusão dessa lei de defesa e valorização da cultura negra no ambiente escolar, corrobora com os anseios e lutas do movimento negro, que busca integrar o negro na sociedade brasileira, valorizar a sua cultura e construir novas

bases para a inserção cultura e social do negro em outras esferas da sociedade civil, na política, no trabalho, na saúde, na cultura.

### **3 MÉTODO**

O caminho metodológico percorrido nesse trabalho se baseou numa revisão de literatura não sistematizada sobre a temática do movimento negro, discriminação racial e as políticas públicas educacionais sobre essa temática do negro na sociedade brasileira, sobre a discriminação racial latente nas relações sociais, da estruturação da sociedade de classes a partir de estereótipos biológicos, das políticas públicas de inclusão e a realização de pesquisa documental<sup>5</sup> do Plano Municipal de Educação do Município de Cordeirópolis.

A análise dos dados obtidos foi realizada a partir da lente de Schaff (1987) que, a partir do materialismo histórico dialético, baseia-se na tríade do conhecimento, o sujeito que conhece, o objeto do conhecimento e o conhecimento como produto do processo. Segundo o autor, a interação entre o objeto do conhecimento e o sujeito que conhece resulta no conhecimento, que pode ser interpretada em alguns modelos teóricos. O modelo baseado na filosofia marxista propõe uma interação dos outros modelos, atribuindo um papel ativo ao sujeito a diversos condicionantes sociais, que introduzem no conhecimento uma visão da realidade socialmente transmitida. Neste modelo, tanto o objeto como o sujeito mantém sua existência objetiva e real, simultaneamente, pois um atua sobre o outro.

### **4 ESTUDO DE CASO**

Nesse trabalho, analisaremos a incorporação das orientações de inclusão da História da África e da cultura negra nos currículos escolares do município de Cordeirópolis, cidade do interior paulista. A escola dessa cidade se faz, primeiramente por ser a cidade na qual vivo e leciono enquanto professora da rede pública e estadual de ensino, e segundo por ter me envolvido com questões da militância no movimento negro na região e no estado, de forma a me questionar constantemente como essas relações se operam no município de Cordeirópolis.

---

<sup>5</sup> Segundo Lakartos e Marconi (1991), pesquisa documental é a utilização da fonte de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, denominados de fontes primárias.

Cordeirópolis, é um município do interior do Estado de São Paulo e tem a sua história marcada a partir do século XIX, quando ainda povoado de grandes propriedades rurais. Com o surgimento de grandes fazendas, como a Fazenda Ibicaba e a Sesmaria de Cascalho, a construção da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a inauguração do trecho de estrada de Ferro Campinas - Rio Claro, com liberação de tráfego até a estação de Cordeiro.

A Fazenda Ibicaba foi fundada em 1817 pelo Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, a primeira na substituição da mão de obra escrava pela de imigrantes europeus, depois de 30 anos de sua fundação. Assim, a cidade vivenciou, como descrito anteriormente, a trajetória do fim da escravidão no país à substituição da mão de obra escrava pela de imigrantes europeus, a perpetuação das desigualdades raciais inerentes na estratificação social e a sua negação no discurso, situação essa que perdura até os dias atuais. Não é objetivo desse trabalho, mas seria interessante uma pesquisa aspectos da discriminação racial negra ao longo dos anos no município de Cordeirópolis.

A população de Cordeiro, a partir de plebiscito realizado em 1943 escolhe o nome de Cordeirópolis para a localidade, até então distrito pertencente à Limeira, que em 1948 é emancipado para cidade. Desde então a cidade vem crescendo, e com elas as demandas sociais e os questionamentos sobre a inclusão da população negra. Segundo IBGE Cidades, a população de Cordeirópolis em 2010 era de 21.080 e a estimativa da população em 2013 de 22.648, numa área territorial de 137,579 km<sup>2</sup>. A cidade está geograficamente localizada entre as cidades de Araras, Limeira e Rio Claro, no entroncamento de três grandes rodovias, Anhanguera, Bandeirantes e Washington Luis, característica importante para a escoação de produção.

Esse breve relato descreve um pouco da característica do município de Cordeirópolis, que busca valorizar em suas festas e homenagens muito da cultura eurocêntrica dos imigrantes que vieram para a região, com grande destaque para a cultura italiana. Essa característica ao de encontro as legislações aprovadas em relação ao enfretamento da discriminação racial no país, que para além de tratar da cultura eurocêntrica, determina a inclusão do trato e da valorização da cultura negra, muito importante nessa região, que teve como cenário fazendas que utilizavam da mão de obra escrava.

Com isso, nosso objetivo de trabalho foi analisar a inclusão da cultura negra no Plano Municipal de Educação, conforme indicação de legislação federal, consequência da incorporação de demandas do movimento negro brasileiro ao longo de sua luta desde a

abolição da escravidão, buscando diminuir a discriminação racial e valorização da cultura negra.

A análise do Plano Municipal de Educação de Cordeirópolis será parcial, pois ao solicitarmos acesso ao documento recebemos cópia de partes do arquivo (da página 18 à 25 e da 53 à 63, com a argumentação de serem as partes mais interessantes.

## **5 ANÁLISE E DISCUSSÃO**

Num primeiro momento, a recusa da Secretaria de Educação do município de Cordeirópolis em disponibilizar o documento e num segundo momento de disponibilizar partes do mesmo, reflete um certo temor a respeito da análise do conteúdo do documento e a recepção de possíveis críticas. Atitude essa não compatível com um órgão da administração pública que deve facilitar o acesso de qualquer cidadão aos documentos oficiais, principalmente após a promulgação da Lei de acesso a informação.

Ademais, na análise na parte do documento disponibilizado ficou comprovada a inexistência de qualquer menção a inclusão da discussão da história e cultura afrodescendente, do combate à discriminação racial e da valorização da cultura negra. Conforme mencionado anteriormente, mesmo essa região tendo sido cenário de trabalho escravo nas grandes fazendas.

Um aspecto interessante encontrado no documento, é a menção a lei nº 10.172/01, que aprova o Plano Nacional de Educação por dez anos, demonstrando que a elaboração do Plano está de acordo com algumas novas legislações vigentes, mas não com a Lei nº 10.639/2003, promulgada relativamente próxima, mas que trata especificamente da temática da discriminação racial e da valorização da cultura negra na educação formal no Brasil. É interessante salientar que a Lei obriga os estabelecimentos a incluírem a história da cultura afrodescendente, o que não foi mencionado em nenhum momento no documento analisado.

As ações e objetivos traçados para combate à discriminação sempre enfatizam a questão social, econômica, mas em nenhum momento mencionam a questão da discriminação racial. A partir do documento é como se a mesma não existisse no município de Cordeirópolis ou mesmo na educação formal.

O que não sinaliza que esse debate não tenha sido iniciado no município ou mesmo nas políticas educacionais. Existe em Cordeirópolis o Conselho do Negro, o qual já

encaminhou via documentos e solicitações em conferência municipal da educação a inclusão de projetos de implementação da lei, que foi discutida e minimamente trabalhada no início, mas deixada de lado posteriormente sem uma abertura para o diálogo. A recusa em entregar todo o documento já demonstra uma ressalva em guardar parte dos documentos elaborados pela secretaria de educação, como se os mesmos não fosse de interesse da população.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A discriminação racial existe no Brasil desde a abolição dos escravos, de forma velada, negada no discurso, mas presentes no cotidiano das práticas discriminatórias, sejam elas piadas, seleções de perfil de empregos, olhares, omissões, desprezo. Existe um movimento contestatório desse tratamento a população e à cultura negra, que se articula através do movimento negro brasileiro, que busca em suas demandas e pautas mecanismos de coibição da discriminação racial, mas mais do que isso, de valorização da cultura negra.

Ao longo dos anos, muitas são as conquistas acumuladas pela luta do movimento negro, dentre elas o reconhecimento em alguns espaços do preconceito racial existente no Brasil, da desvalorização do negro desde a abolição da escravidão, da valorização da cultura eurocêntrica em detrimento da cultura negra, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPPIR) e a promulgação da Lei nº 10.639 de janeiro de 2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura Afro-Brasileira no país.

No entanto, a partir da análise do Plano Municipal de Educação do município de Cordeirópolis ficou evidente que ainda é preciso avançar muito nessa luta para efetivamente combater a discriminação racial e valorizar a cultura do negro, pois a promulgação de lei estabelecendo prioridades não garante que as mesmas estejam sendo implantadas na realidade cotidiana da população brasileira, que é o ponto central para as mudanças culturais e de valores já incorporados na dinâmica social. É preciso fiscalizar se as políticas e orientações estão sendo seguidas e caso não estejam, como comprovamos em nossas análises, elaborar formas de cobrar a efetivação dessas ações.

Assim, a luta e reivindicações do movimento negro brasileiro se faz necessária para erradicar a discriminação racial no país, para melhorar as oportunidades para a população negra que historicamente está majoritariamente presente nas estatísticas de desigualdade

social, em boa parte fruto ou consequência da desigualdade racial contida nas estruturas sociais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639 de janeiro de 2003**. Brasília: Congresso Nacional, 2003.

CORDEIRÓPOLIS. **História**. Disponível em:  
<<http://www.cordeiropolis.sp.gov.br/link.php?id=2>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 23, p.100-122, 2007.

FAZENDA IBICABA. **História**. Disponível em:  
<<http://www.fazendaibicaba.com.br/r.php?l=historia>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 10 mai. 2014.

LAKARTOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

SCHAFF, A. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

SEPPPIR. **Secretaria de políticas de promoção da igualdade racial**. Disponível em:  
<<http://www.sepppir.gov.br/>>. Acesso em: 10 maio 2014.

THEODORO, Mário et al (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

THEODORO, Mário. A formação do Mercado de Trabalho e a questão racial no Brasil. In: Theodoro, Mário et al (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. p. 19-47.